

Darliane Amaral
Elessandra Cruz
(Organizadoras)

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena
Editora
Ano 2021

Darliane Amaral
Elessandra Cruz
(Organizadoras)

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Práticas da socioeducação no Distrito Federal

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadoras: Darliane Amaral
Elessandra Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P912 Práticas da socioeducação no Distrito Federal /
Organizadoras Darliane Amaral, Elessandra Cruz. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-813-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.134211712>

1. Liberdade assistida - Distrito Federal. 2. Socioeducação.
3. Adolescente. I. Amaral, Darliane (Organizadora). II. Cruz,
Elessandra (Organizadora). III. Título.

CDD 364.36098174

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Hannah Arendt, no ensaio “A Crise da Educação”, examina a sociedade moderna e considera a educação como uma atividade das mais importantes e necessárias da sociedade, renovando-se sempre com o nascimento de novos seres humanos. Estabelece uma relação direta entre a autoridade e a responsabilidade, sendo a primeira uma inerência da segunda. Para ela, a educação possui função política. Considerando essa perspectiva, qual é a função da Socioeducação no contexto social brasileiro contemporâneo? Como o Estado brasileiro tem realizado o projeto da Socioeducação para os adolescentes considerados autores de comportamentos desviantes? Um questionamento recorrente, ao discutir-se o Sistema Socioeducativo, é a perpetuação do caráter punitivo em que ele se estrutura, reforçando, com frequência, o histórico de maus tratos aos adolescentes.

Consideramos pertinente o debate levado a cabo pelas reflexões do presente livro. A nosso ver, é urgente a necessidade de refletirmos, na academia e nas instâncias sociais, sobre o que é a Socioeducação. Discutir como ela pode colaborar para capacitar o adolescente para a vida política na esfera pública ou, ao contrário, condicioná-lo a rótulos de incapacidade e de aniquilamento da condição de ser humano. O livro é resultado do curso de Especialização em Políticas Públicas em Socioeducação, pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e Universidade de Brasília (UnB).

A obra discorre sobre os temas investigados por cinco autores, que propuseram-se analisar o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal-DF. Buscou-se apresentar um panorama da Socioeducação no Distrito Federal, propondo examinar os contextos profissionais no qual os autores estavam inseridos, apontando situações e temas que do ponto de vista deles se caracterizavam como experiências, e práticas presentes no Sistema Socioeducativo. O livro é composto por cinco capítulos nos quais são apresentadas experiências e práticas resultantes de pesquisas de campo.

A discussão do primeiro capítulo é assinada por Janaina Teles, que realizou um estudo de caso no âmbito da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. A autora descreve uma prática sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de um adolescente. Defende que o comprometimento dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo para manter um olhar diferenciado para identificar as dificuldades e potencialidades do adolescente pode resultar em mudança e ruptura dos comportamentos desviantes. Essa afirmação parte dos indícios positivos do estudo de caso em análise, por meio do qual o adolescente foi encaminhado para o atletismo, tornando-se atleta profissional com oportunidade possibilitada no período em que cumpria medida socioeducativa.

O segundo capítulo, da autoria de Elessandra Cruz, aponta questões sobre a educação formal e não formal, com os resultados do estudo de campo na Unidade de Atendimento de Semiliberdade do Recanto das Emas. Para Cruz, o projeto educacional oferecido ao adolescente que cumpre medida deve ser formal e não formal, considerando-as como atividades complementares e indissociáveis para se pensar em ressocialização.

Ela chama atenção para que as atividades de formação não formal devam respeitar o perfil da cada adolescente. Este deve ser visto como adolescente dentro da coletividade e ter respeitadas as suas particularidades.

Dando continuidade, Rosângela Alves apresenta o estudo de campo oriundo da pesquisa realizada na Unidade de Internação de Santa Maria. Ela investiga o processo de escolarização, examinando como as práticas escolares dentro da Unidade são propostas pelos docentes e pelas demais profissionais do Sistema Socioeducativo. O estudo indicou que a escolarização na Unidade está estruturada para seguir a mesma estrutura da escola fora da Unidade, havendo, contudo, implicações internas que não permitem o cumprimento da carga-horária determinada pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. Segundo a autora, a questão mais recorrente é a redução de agentes socioeducativos para fazerem a supervisão dos adolescentes no momento das aulas.

O quarto capítulo é da autoria de Elizangela Barbieri. Analisa o Plano Individual de Atendimento – PIA, considerando-o como instrumento relevante do adolescente que cumpre medida socioeducativa. A autora reflete como o PIA pode se constituir em instrumento que colabora com a mudança de comportamento infrator dos adolescentes. No entanto, a pesquisa apontou dificuldades da equipe responsável pela elaboração do PIA: não se atribui importância ao planejamento individual do cumprimento da medida do adolescente.

Outra prática no Sistema Socioeducativo é trazida por Edson da Silva, com a investigação da oficina de música para adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação. O autor aponta indícios de que essa experiência se constitui como exitosa, uma vez que possibilita, por meio da educação, capacitar o adolescente para os contextos sociais em que serão encaminhados após a internação. A investigação demonstrou que o adolescente que participa da oficina de música é apresentado a um mundo novo que muitas vezes parecia inalcançável e alheio ao contexto social dele.

Os estudos que são apresentados nesse livro, apontam realidades para pensarmos a Socioeducação, uma vez que é a política pública educacional mais importante para os adolescentes autores de atos infracionais. A nosso ver, torna-se imprescindível o debate acerca do Sistema Socioeducativo. Trata-se de uma instância social gerida pelo Estado brasileiro que ainda é marcada por práticas que se limitam basicamente a uma vertente punitiva, abordagem que, com as reflexões desta obra carece de mudanças.

Darlíane Silva do Amaral

Brasília/2018

REFERÊNCIA

ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SOCIOEDUCAÇÃO E LIBERDADE ASSISTIDA: ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	
Janaina Araújo Veras Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117121	
CAPÍTULO 2	11
EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL: ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA UNIDADE DE ATENDIMENTO DE SEMILIBERDADE	
Elessandra da Silva Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117122	
CAPÍTULO 3	23
ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO: ANÁLISE DE PRÁTICAS ESCOLARES	
Rosângela Laurentino Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117123	
CAPÍTULO 4	32
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO	
Elizangela Barbieri Iwasaki	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117124	
CAPÍTULO 5	50
OFICINA DE MÚSICA COMO ATIVIDADE TRANSFORMADORA NA SOCIOEDUCAÇÃO	
Edson Mendes da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1342117125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	62

SOCIOEDUCAÇÃO E LIBERDADE ASSISTIDA: ESTUDO DE CASO SOBRE O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Data de aceite: 17/11/2021

Janaina Araújo Veras Teles

Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Educadora Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Adjunta de Assistência Social, do Governo do Distrito Federal

RESUMO: O presente texto busca analisar a medida socioeducativa de Liberdade Assistida para adolescentes que cometem atos infracionais. Para isso, a pesquisa foi realizada no âmbito do programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). As reflexões apresentadas, são resultados do estudo empírico — Estudo de Caso — considerando os procedimentos metodológicos da investigação qualitativa. Outrossim, examina a trajetória de um dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, com registros em diário de campo e aplicação de entrevista semiestruturada ao adolescente e a um educador social que integrava a equipe do programa. Para tratar as informações recolhidas no Estudo de Caso utilizou-se a Análise de Conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade assistida. Socioeducação. Adolescente.

SOCIOEDUCATION AND THE PARTNER-EDUCATIVE MEASURE IN OPENED WAY: A CASE STUDY ON THE SERVICE OF COEXISTENCE AND STRENGTHENING OF BOND

ABSTRACT: The present text intends to analyze the socioeducative measure of Assisted Freedom for adolescents who commit infractions. For this, the research was carried out within the scope of program of the Service of Coexistence and Strengthening of Bond (SCSB). The reflections presented are the results of the empirical study - Case Study - considering the methodological procedures of qualitative research. In addition, it examines the trajectory of one of the adolescents in compliance with the socioeducative measure of Assisted Freedom, with records in field diary and application of semistructured interview to the adolescent and to a social educator who was part of the program team. To handle the information collected in the Case Study we used Content Analysis.

KEYWORDS: Assisted living. Socioeducation. Adolescent.

1 | INTRODUÇÃO

O presente texto é um relato de pesquisa resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da especialização em Políticas Públicas e Socioeducação pela Escola Nacional de Socioeducação e Universidade de Brasília. O curso foi finalizado em 2018 e o TCC teve como

orientadora a Professora Darliane Amaral.

Conforme os normativos legais, especialmente a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o foco do trabalho realizado no Sistema Socioeducativo deve ser para ressocializar o adolescente por meio de práticas educacionais. Com isso, a pesquisa pretendeu investigar a trajetória de um dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Distrito Federal. Este serviço é realizado em grupos, organizado a partir de percursos pessoais, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e de prevenir a ocorrência de situações de risco social. No caso dos adolescentes em medidas socioeducativas, também busca contribuir para que o percurso que leva o adolescente a cometer ato infracional possa ser interrompido e transformado.

Conforme preconiza a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os programas de atendimento dirigidos aos adolescentes e jovens autores de atos infracionais devem ser realizados com a descentralização político-administrativa, além da participação ativa da família no acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa, tendo em vista a sua responsabilização e reeducação

Outrossim, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD do Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente (Conanda), estabelece uma estratégia de ação entre as diversas organizações (poder judiciário, ministério público, poder executivo e representações populares), tendo em vista os normativos legais que tratam dos direitos da criança e do adolescente. O envolvimento das diversas instituições e da família é um processo complexo, contudo, possível. É imprescindível considerar que as ações dirigidas aos adolescentes e aos jovens devem acontecer, considerando a realidade familiar e comunitária, e realizada em conjunto com os familiares. Tudo isso como meio de responsabilização das medidas socioeducativas, objetivando uma tentativa de promover a ruptura da trajetória infracional, bem como a retomada da convivência familiar e comunitária em novas bases.

2 | PERSPECTIVA DA SOCIOEDUCAÇÃO

A Socioeducação é a política pública brasileira referente à implementação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como resposta ao envolvimento de adolescentes em prática de atos infracionais. Nos casos de medida socioeducativa em meio aberto, na modalidade Liberdade Assistida, uma das possibilidades de encaminhamento é a participação do adolescente no Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O SCFV é um serviço da política pública de assistência social, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), regulamentado pela Resolução nº 109/2009, que descreve a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ele tem por objetivo estimular a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva, de forma a promover o respeito às diferenças, a colaboração, o autoconhecimento, a autoconfiança e a cidadania, além de fortalecer os vínculos com a família e com a comunidade. Como o SCFV é um serviço complementar ao Programa de Atendimento Integral à Família, é comum o atendimento a mais um membro da família, sejam irmãos ou primos. Paralelamente, as famílias são acompanhadas nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

No Distrito Federal, o SCFV tem equipamentos próprios, os Centros de Convivência (CECON) fazem parte da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). Já a Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude é propriamente a responsável pelos equipamentos de execução das medidas socioeducativas, tanto em meio fechado quanto aberto. As Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMAs), por exemplo, são 14 no Distrito Federal. Entre as suas ações, estão a orientação e o acompanhamento ao socioeducando, direcionando o adolescente e a sua família para programas oficiais ou comunitários de assistência social, de seleção para estágios em órgãos do Governo do Distrito Federal, realizando visitas domiciliares e promovendo palestras sobre temas como prevenção ao uso de drogas e inserção no mercado de trabalho.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A pesquisa em curso configura-se por investigação qualitativa, uma vez que “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente às pessoas, aos locais e às conversas [...]” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16). Assim, realizou-se um Estudo de Caso para investigar um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Para Yin (2001), como método de investigação, o Estudo de Caso pode possibilitar o conhecimento de um percurso individual, institucional ou organizacional, em que se deseja conhecer determinado fenômeno e suas incidências na vida social. O Estudo de Caso caracteriza-se como uma metodologia de “investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 21). Nessa perspectiva, construiu-se diários de campo, com o intuito de descrever o que foi visto, ouvido e pensado (LESSARD-HEBERT, 1994). Para

Amado (2013, p. 227), os registros do diário de campo, conferem ao estudo um “carácter de autenticidade, de presença, de vivência, impossível de obter por outro meio”.

Para além dos diários de campo, considerou-se pertinente a elaboração e a aplicação de entrevistas semiestruturadas ao adolescente e a um profissional que o acompanhava. Para Guerra (2008), uma das grandes vantagens da entrevista é a adaptabilidade, podendo oferecer ao pesquisador informações que uma resposta escrita jamais revelaria.

No sentido de organizar e de sintetizar os dados recolhidos em campo, recorre-se à Análise de Conteúdo, compreendendo esta como um processo de formação de significados (GIL, 1999; BARDIN, 2011).

Desde logo, cumpre informar que se utiliza o nome fictício de Miguel para preservar a identidade do adolescente que constitui o público alvo da pesquisa, bem como salientar que houve o seu consentimento para uso das informações. Para enriquecer o estudo de caso, também se ouviu o educador social, ao qual atribui-se o nome fictício de Túlio, que desempenhou uma importante função no cumprimento da medida do adolescente. Todas as falas do Miguel e do Túlio estarão destacadas em itálico no texto.

3.1 Resultados e Análise dos Dados

A discussão das informações do estudo empírico é com base nas anotações dos diários de campo, da entrevista e de conversas com as pessoas do contexto em que se deu a pesquisa. Miguel chegou ao centro de convivência encaminhado pela Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) com 16 anos. Foi incluído nas atividades do ciclo etário de 15 a 17 anos, e relatos falam que não se interessava pelas oficinas e gostava muito de jogar futebol. Segundo o educador social de esporte e lazer, Túlio:

Percebi o potencial físico do Miguel e convidei-o a conhecer o atletismo, que ocorria no estádio de esportes da região administrativa local. Inicialmente, Miguel hesitou em participar, em aceitar o convite do educador social. Algumas vezes aceitava ir, outras não. Sempre insisti.

As reuniões em rede naquele território eram frequentes e possibilitavam o desenvolvimento de intervenções que agregavam as famílias durante e após a execução da medida socioeducativa. O treinador do atletismo, que já tinha outros grupos compostos por adolescentes e jovens, o acolheu e percebeu a destreza de Miguel para o esporte, incentivando-o a treinar para as corridas. Assim, sentindo-se acolhido, Miguel ficou mais interessado e gostou cada vez mais de participar dos treinos: *Comecei a correr, comecei a gostar da coisa. As coisas foram evoluindo. E eu fui treinando, treinando, treinando. Comecei a ganhar campeonato, jogos escolares. Comecei a viajar para fora do Distrito Federal.*

Conforme a fala do Miguel, outros jovens também se interessaram pelo esporte, a comunidade onde morava ficou orgulhosa de suas conquistas, de seu empenho. Diz ele:

nunca pensei que seria exemplo para outras pessoas!

A UAMA periodicamente questionava ao serviço de convivência sobre a frequência do adolescente e fazia atendimentos individuais a Miguel e à sua família, logo percebendo o seu envolvimento e a sua empolgação com a atletismo.

Miguel destaca que quando começou a correr, o pai bebia bastante, era alcoólatra. Não acreditava que o atletismo fosse resultar em algo positivo. Quando Miguel conquistou os campeonatos, tanto a família quanto a comunidade começaram a respeitá-lo, o pai parou de beber.

As coisas dentro de casa mudaram totalmente. Meu pai pegou confiança. Acreditou. Apoiou. Meu pai conseguiu reformar a casa! O atletismo na minha vida foi tudo! Não só a atletismo, mas o professor Túlio. Foi através dele que tudo mudou. Foi um anjo enviado por Deus, para entrar na minha vida e me mostrar aquele caminho.

Em muitos momentos do relato ele cita o educador social que o levou para conhecer o atletismo, demonstrando a gratidão pelos diversos incentivos e disponibilidade que Túlio sempre teve com ele: *O que eu conquistei até hoje, onde eu chego sou reconhecido. Eu devo ao professor Túlio. É como se ele fosse um pai para mim!*

Por outro lado, durante a coleta de dados para esta pesquisa, o educador se emocionou com o reconhecimento. Miguel cita também que os outros educadores sociais do serviço de convivência o apoiaram para que os treinos continuassem.

Eu incentivei vários outros adultos, jovens, crianças que não gostavam a correr. Começaram a praticar o esporte. Começaram a correr. Se inspiravam em mim. Elas me diziam: Quero ser igual a você. Quero viajar. Quero competir. Quero ser melhor. Isso é uma das coisas que vou carregar para o resto da minha vida, porque eu nunca pensei que ia servir de incentivo para as pessoas!

Uma das condicionalidades para estar no serviço de convivência é a frequência escolar. Miguel disse que por um período alternou as aulas e o serviço de convivência (onde ele passava para ir ao estádio treinar e receber os lanches), além de trabalhar com o pai. Após algum tempo, com a necessidade de intensificar os treinos, parou de ir à escola. Diz ele: *foquei só naquilo mesmo que o coração pediu, que foi o atletismo! Fiz a escolha certa na época.*

Considero que um dos obstáculos na efetivação do direito à educação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é que o simples retorno à sala de aula tradicional não é motivador para a maioria, que ou já havia evadido ou tem uma defasagem no quesito idade *versus* série a cursar. A assistente social da UAMA que acompanhava Miguel disse que ele não gostava de ir à aula porque era um dos mais velhos da turma.

Acredito que o papel da educação é essencial na construção de um novo projeto de vida para os adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (1996) reflete que o educador deve se inteirar daquilo que o aluno conhece, não apenas para poder avançar no ensino de conteúdos vazios, mas principalmente para trazer a cultura do educando para dentro das práticas educacionais. O autor mencionado defende a exploração de questões pertinentes ao tema que se debate com o intuito de fomentar uma visão crítica da realidade. Volta-se do abstrato para o concreto, na chamada etapa de problematização: o conteúdo em questão apresenta-se “dissecado”, o que deve sugerir ações para superar impasses. Para Paulo Freire, esse procedimento serve ao objetivo final do ensino, que é a conscientização do aluno.

Ademais, o serviço de convivência se organiza em grupos, por faixa etária, com o objetivo de garantir a realização das atividades de acordo com as necessidades de cada fase de vida. É importante ressaltar que as oficinas desenvolvidas são estratégias planejadas para se promover a convivência, as conversações e os fazeres por meio dos quais os vínculos entre os usuários e entre estes e os profissionais são construídos. Há adolescentes que não têm aptidão para participar de oficinas que envolvem atividade física ou manual, por exemplo. Essa situação demandará dos profissionais que atuam no serviço atenção às necessidades e perfis de cada um, a fim de que se evite a sua evasão dos grupos. À medida que os vínculos são estabelecidos, maiores são as condições de se propor atividades das quais os adolescentes participem efetivamente.

A relação educador social (professor) e adolescente (aluno) não deve ser uma relação de imposição, mas sim uma relação de cooperação, de respeito e de crescimento. O adolescente deve ser considerado um sujeito interativo no seu processo de construção de conhecimento. O adolescente que comete ato infracional está mais vulnerável a ser rejeitado nos espaços institucionais, mesmo que sejam as próprias instituições destinadas para recebê-lo. A escola marca muitas vezes um espaço irrelevante para o adolescente, pois ele já não identifica sentido na rotina dela, que é apresentada por meio dos conteúdos e das disciplinas tão fora da realidade dele.

O serviço de convivência não é um ambiente escolar tradicional, é um espaço no qual ocorrem oficinas ministradas por educadores sociais, no contra turno da escola formal. Cada educador tem semanalmente um turno para o planejamento individual de suas atividades, de acordo com a diretriz estabelecida coletivamente para aquele período de tempo, seja mensal, bimestral ou até mesmo semestral.

No serviço de convivência em que atuei, recebemos caso de Liberdade Assistida ou em cumprimento de medidas em meio aberto, onde muitas vezes os educadores faziam o contato com a escola para assegurar a vaga para retorno do adolescente, pois apenas a família não conseguia ter acesso ao horário mais adequado ou mesmo a vaga na unidade

de ensino mais próxima de casa. Acredita-se que a escola pode ser um lugar que colabore positivamente para o rompimento da trajetória infracional os adolescentes. Contudo, ela na maioria das vezes não propõe práticas educativas nas quais o adolescente consiga ter a oportunidade que o Miguel teve no atletismo.

O funcionamento do sistema socioeducativo tem como alicerce a responsabilidade compartilhada do trio Estado, sociedade e família. No ECA, conforme o Art. 1º, o Estado deveria garantir a proteção integral do adolescente. Acrescenta no Art. 3º que essa garantia é “o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990). Ao analisar a realidade da atuação do Estado brasileiro no sistema socioeducativo, é possível afirmar que em muitos casos é oferecido o mínimo (OLIVEIRA e ASSIS, 1999; FRANCISCHINI e CAMPOS 2005).

Uma das carências em se tratando da implementação das medidas socioeducativas é a falta de integração entre projetos que envolvam o adolescente, a família e a sociedade (NUNES; ANDRADE; MORAIS 2013). Na minha opinião, a família representa o afeto e o pertencimento a algum espaço, mesmo que algumas vezes com as relações fragilizadas, uma vez que parte significativa dos adolescentes que cometem atos infracionais pertença aos contextos familiares de abandono. Assim, como realizar uma proposta de educação em que fortaleça vínculo adolescente e família? É possível resgatar ou implementar uma proteção familiar para esses adolescentes? Todavia, na realidade do Distrito Federal há pontualmente alguns projetos que buscam integrar pais e filhos nas oficinas em momentos sozinhos e juntos. Ademais, um dos focos centrais desses projetos é para além de entenderem a maneira mais adequada de demonstrar o que sentiam/pensavam, também foram estimulados a se colocarem no lugar do outro.

A sociedade também necessita passar por uma transformação, na qual possa contribuir no processo socioeducativo do adolescente. A meu ver, percebo julgamento, cobrança por punições mais severas, defesa pela redução de maioridade penal, e nada de contribuição da sociedade civil no sentido de colaborar com processos mais educativos e menos punitivos. Na minha opinião, paira sobre a sociedade brasileira a banalização da condição de ser humano do adolescente que cometeu ato infracional. O adolescente é reduzido ao rótulo de infrator e esse título é associado como uma sentença que invalida a possibilidade de rompimento com o ato infracional.

Quanto aos julgamentos e rótulos que os adolescentes que cometem ato infracional vão recebendo ao serem identificados como pessoas que cumprem ou cumpriram medida socioeducativa, Miguel menciona sobre a Liberdade Assistida que cumpriu: *Eu nunca gostei de tocar no assunto da minha LA, nunca compartilhei com ninguém. A primeira vez é agora. É uma coisa que mexe com a gente. Eu tento esconder bastante essa parte, pois as pessoas te julgam!*

Miguel conseguiu superar muitas dificuldades, aproveitar a oportunidade que lhe foi

apresentada no esporte com o atletismo e hoje tem um currículo que tributam as seguintes conquistas: Melhor atleta do Distrito Federal, por dois anos seguidos; Jogos Escolares; Campeão Brasileiro com Obstáculos, Interclubes; Campeão Brasileiro do Sub 23, 10.000m; 5º colocado Campeonato Sul-americano, Montevidéu; Melhor atleta da América do Sul; Campeonato Brasileiro, 5º no ranking nacional, prova de 3.000 m; homenageado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal; Competições de ruas, entre outros.

Dois anos após o início do cumprimento da Liberdade Assistida, das considerações no Programa Individual de Acompanhamento (PIA), realizadas por equipe multidisciplinar (Unidades de Atendimento em Meio Aberto, Serviço de Convivência, treinador do atletismo, entre outros) que acompanhavam, auxiliavam e orientavam Miguel, o juiz da Infância e Juventude que acompanhava o processo dele, declarou a medida cumprida. Miguel disse que foi até o fórum e levou para o juiz um dos troféus já ganhos e agradeceu pela oportunidade de poder seguir nesta nova trajetória, que *continuará a fazer valer a pena!*

Solicitei ao Miguel que deixasse uma mensagem para os adolescentes e os jovens. Partilho com todos que tiverem acesso aos relatos da pesquisa:

O que eu digo para os jovens hoje em dia, é que se você tem um sonho ou se você está apenas começando um sonho, seja qual for o esporte, não desista! Você encontrará muitas dificuldades, mas é nessa hora que você tem que lutar com o coração. Lutar com quem está perto de você! Foque no seu futuro. Tem dia que você vai chorar, tem dia que você não vai ter o que comer. Se você for firme e forte, você vai ter o seu resultado. Você vai chegar no lugar mais alto do pódio. Você vai se tornar campeão! A vida da gente é como se fosse uma escada. Faça um degrau de cada vez. Mesmo que demore. Muita calma! Quando você estiver lá em cima, você vai lembrar que valeu a pena. Valeu a pena chorar. Valeu a pena passar frio. Valeu a pena acordar de madrugada para treinar. Valeu a pena cada gota de suor. Cada sorriso. Cada abraço. Cada pulo. Cada grito de explosão! Não desista do seu sonho. Mantenha a cabeça erguida!

4 | CONSIDERAÇÃO FINAL

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988, a proteção integral das pessoas está prevista como direito do cidadão e dever do Estado, a ser promovido pelas políticas sociais. A execução dos referidos direitos, extensivos aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, está prevista para se concretizar por meio de programas, de projetos, de serviços, mas sempre de forma integrada entre as diversas políticas setoriais. O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE são leis importantes, que se juntam à Constituição Federal e preveem assegurar os direitos dos adolescentes e dos jovens brasileiros. Ainda assim, vale salientar que o fato das leis existirem, não garantem a sua efetividade por si só.

Nesse texto, busquei analisar a medida socioeducativa de Liberdade Assistida no

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como uma das possibilidades de encaminhamento de adolescentes em medidas de meio aberto. Pelo estudo do Miguel, esta pesquisa demonstrou que a intersectorialidade e a articulação e integração de atividades são essenciais para a realização de uma estratégia de trabalho que resulte em possibilitar ao adolescente a superação da condição de menor infrator a adolescente, que pode ser inserido socialmente em contextos educativos e que desenvolvam as suas potencialidades.

A Socioeducação é complexa e as pessoas se negam a participar, não se inteiram sobre quem são os profissionais envolvidos, quais são os deveres e garantias de direitos que os adolescentes que cometeram infrações devem ter acesso. O desafio é de todos.

Ao realizar esse estudo de caso, ficou demonstrado que a relação entre o educador social e o socioeducando foi fundamental para que houvesse a compreensão e a mudança de postura do adolescente. O educador também foi sensível ao observar que outras possibilidades de oficina poderiam ser ofertadas naquele caso, que forçar o jovem a ficar no programa específico para sua idade, resultaria em evasão. O educador observou o potencial físico do socioeducando, apresentou o atletismo como uma alternativa, e apesar da resistência inicial, continuou o acompanhamento até mesmo depois do comprometimento do adolescente com o esporte, quando já se podia identificar a mudança de postura dele.

Dentre tantos desafios que temos no trabalho diário, destaco a continuidade dos serviços ou dos programas. Por exemplo, muitos adolescentes e jovens também iniciaram no atletismo, acompanhados e incentivados pelos educadores sociais do serviço de convivência, entretanto, como o contrato do ônibus que os transportava acabou e – por burocracia – até hoje não refeito, houve a interrupção da parceria e da prática do atletismo para o público inscrito naquele centro de convivência, pois o estádio é longe de onde eles moram. Além disso, a continuidade do Programa Fortalecendo famílias não foi possível no ritmo esperado, apesar dos relatos animadores de melhoria nas relações das famílias participantes, pois há uma mudança de direcionamentos na condução do trabalho indicado pelos órgãos superiores, nomeadamente as Secretarias, a cada troca de gestão.

Por fim, com a presente investigação, ressalto as relações pessoais como um valor significativo na aplicação da medida socioeducativa do adolescente. O diálogo, conforme preconiza Freire (1996), é uma ferramenta de fundamental importância para emancipar o ser humano das condições de sujeição, que por vezes fazem parte da sua história. Conforme demonstrou o estudo, a exemplo da relação do Miguel e do Túlio no sistema socioeducativo, que mais adolescentes possam ter possibilidades de mudar a sua trajetória de vida, em que superem a condição de autor de ato infracional e sejam adultos respeitados e donos de conquistas importantes para a vida pessoal e social.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Editora Universty Press, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional... **Diário Oficial da União**, Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de orientações**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016.
- CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**: SINASE. Brasília: CONANDA, 2006.
- FRANCISCHINI, R.; CAMPOS, R. Adolescente em Conflito com a lei e medidas socioeducativas: Limites e (im) possibilidades. **Psico**, v.36, n.3, p.8,2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Altas, 1999.
- GUERRA, I. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso**. Cascais: Principia Editora, 2008.
- LESSARD-HÉBERT, M. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Gradiva, 1994.
- NUNES, A.; ANDRADE, A.; MORAIS, N. Adolescente em conflito com a lei e a família: um estudo de revisão sistêmica da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 6, n. 2. P.144-156, 2013.
- OLIVEIRA, M.; ASSIS, S. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, p. 831-844, 1999.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

PRÁTICAS DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 